

O trabalho dos defensores e defensoras de direitos humanos é fundamental para a implementação universal dos direitos humanos e para a existência de uma democracia fortalecida e do estado de direito pleno. Nesse sentido, os Estados não devem tolerar nenhuma tentativa das autoridades de questionar a legitimidade do trabalho realizado pelos ativistas de direitos humanos e por suas organizações (CIDH, 2011, p. 232). As autoridades públicas devem abster-se de emitir declarações que os estigmatizem, ou sugiram que as organizações de direitos humanos atuam de forma inapropriada ou ilegal, simplesmente pelo fato de participar do trabalho de promoção e de proteção dos direitos humanos. Não obstante, o Presidente da República Jair Bolsonaro, em pronunciamento enquanto candidato à Presidência da República, afirmou no dia 7 de outubro de 2018 que, se eleito, iria “botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil”.

Nesse cenário nacional de dismantelamento das instituições democráticas, de desprezo pelos movimentos sociais e pela sociedade civil e de criminalização e estigmatização dos ativismos por direitos humanos, os militantes que defendem os direitos das pessoas LGBT¹ enfrentam sérios desafios para realizar seu trabalho, sofrendo ameaças, ataques, e a criminalização de suas atividades. Uma vez que seu trabalho desafia as estruturas sociais, as práticas tradicionais e a interpretação de preceitos religiosos, os ativistas LGBT acabam por sofrer ameaças sistemáticas aos seus próprios direitos.

A Relatoria Especial da ONU sobre a Tortura (2001) observou que os grupos de direitos humanos e as pessoas que atuam em temas sobre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, são geralmente vulneráveis ao preconceito, à marginalização e rejeição

¹ Será utilizado neste trabalho a sigla LGBT para se referir tanto ao movimento social que integra as diversas identidades sexuais minoritárias quanto à própria diversidade sexual. Regina Facchini (2005, p. 16) afirma ser verificada, ao longo das décadas, uma proliferação de siglas (a “sopa de letrinhas”) decorrente da multiplicação de categorias destinadas a nomear os sujeitos políticos do movimento de identidades sexuais minoritárias, a saber: GLTB (Gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais), GLBTT (gays, lésbicas, transexuais e travestis), LGTB (lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais), GLS (gays lésbicas e simpatizantes), LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais), entre outros, para expressar a possibilidade de integração das diversas identidades sexuais. A autora enfatiza que o movimento aparece descrito como MGL (movimento de gays e lésbicas) no ano de 1993, e logo é adaptado para a sigla GLT (gays, lésbicas e travestis), no ano de 1995. Segundo Regina Facchini (2005, p. 20), a partir de 1999, passa-se a usar a nomenclatura movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Em junho de 2008, durante a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, foi acordada a mudança da sigla GLBT para LGBT. Essa mudança buscou reconhecer a atuação e conferir maior visibilidade às identidades lésbicas, como forma de reparação ou de reconhecimento do processo histórico de invisibilidade ao qual foram submetidas. Em meio à guerra de classificações em que se transformou o uso de siglas para definir o movimento de identidades sexuais minoritárias no Brasil, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornou amplamente utilizada para referenciar a diversidade sexual, outra razão para justificar o uso sistemático dessa sigla nesta pesquisa.

pública, por autoridades do Estado e também por outros atores sociais. Por sua vez, a Relatoria Especial da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos (2009) expressou sua preocupação em relação com as contínuas campanhas de desprestígio e ameaças violentas contra ativistas LGBT.

Considerando o contexto acima descrito, a presente pesquisa foi motivada pela ausência de literatura acadêmica que foque na violência sofrida por defensores e defensoras de direitos humanos, em especial no que tange aos ativistas LGBT. Discutir acerca do ativismo LGBT é de suma importância na medida em que estes indivíduos encontra-se suscetíveis à violência de forma dupla, tanto pelo fato de ser LGBT, quanto pelo fato de ser defensor e defensora de direitos humanos. Dessa forma, esse estudo, além de debater e refletir acerca deste tema invisibilizado, visa abrir a mente da academia para outro ponto relevante da promoção e defesa de direitos humanos.

Com base nas questões arguidas acima, adotou-se como indagação de pesquisa o seguinte questionamento: **em que medida os ativistas LGBT da cidade de Belém, Estado do Pará sofrem violência em razão de sua militância e vivência de gênero e de sexualidade?**

Para responder essa questão, apontou-se como objetivo geral analisar as violências sofridas por ativistas LGBT no contexto da cidade de Belém, Estado do Pará, e, ainda, como objetivos específicos:

- Compreender a evolução histórica da militância em Direitos Humanos de pessoas LGBT, em especial no contexto da cidade de Belém, Estado do Pará
- Investigar sob um viés etnográfico as violências sofridas pelos ativistas LGBT atuantes na cidade de Belém, Estado do Pará
- Discutir a violência sofrida pelos ativistas LGBT em razão da sua militância e da sua vivência de sexualidade e de gênero
- Investigar os impactos sofridos pelos ativistas LGBT em razão da violência motivada pela da militância e da sua vivência de sexualidade e de gênero

Com a finalidade de engrandecer as discussões presentes nesta pesquisa, optou-se pelo método etnográfico, uma vez que apenas com uma pesquisa de campo é que seria possível compreender de forma concreta as vulnerabilizações sofridas por defensores de direitos humanos LGBT no contexto de Belém, Estado do Pará. O método etnográfico foi escolhido pois permite uma melhor visualização da discussão teórica abordada nesta pesquisa, de forma que a análise da experiência dos defensores de direitos humanos LGBT, bem como a sua

trajetória de militância e as consequências desta atuação seriam essenciais para contextualizar a pesquisa.

Para tanto, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, com questionamentos elaborados previamente, porém flexíveis possibilitando aos sujeitos de pesquisa maior fornecimento de informações além das previstas. A presente coleta de dados foi realizada com cinco sujeitos de pesquisa que se identificaram como defensores de direitos humanos LGBT. Além disso, para assegurar os parâmetros éticos da pesquisa, os sujeitos assinaram um Termo de Convencimento Livre e Esclarecido, no qual concordaram com o objetivo da coleta de dados e de sua participação na pesquisa, sendo assegurado o seu anonimato.

1 DA “FESTA DA CHIQUITA” AO “CONGRESSO DE HOMOSSEXUAIS”: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO ATIVISMO LGBT EM BELÉM DO PARÁ

A presente seção tem como intuito realizar uma análise sobre os principais movimentos de militância LGBT no âmbito nacional. A presente análise é fundamental para a compreensão da configuração de tais movimentos no contexto regional e local da cidade de Belém, Estado do Pará. A partir desse breve estudo historiográfico, serão analisadas as particularidades atinentes à construção da militância LGBT no Estado do Pará, principalmente no contexto da cidade de Belém, ressaltando as características específicas que marcam o ativismo no referido contexto local.

No contexto nacional brasileiro a organização do ativismo LGBT ocorreu muito diferente do contexto global, uma vez que a militância deparava-se numa realidade repressiva e autoritária reflexos da ditadura militar a partir de meados do século 20. Para Regina Facchini (2003, p. 84), a história do movimento LGBT brasileiro apresenta-se em três fases distintas: a “primeira onda”, corresponde ao surgimento e expansão do movimento durante o período da abertura política com o Jornal Lampião da esquina e o Grupo Somos; a “segunda onda” fortemente relacionado ao surgimento da epidemia da AIDS nos meados dos anos de 1980; e a “terceira onda” com o fortalecimento e a proliferação dos movimentos sociais homoafetivos a partir da década de 1990, assim como as novas formas de associativismo, fortalecida a partir dos anos 2000.

O “primeira onda” da consolidação do movimento LGBT no contexto nacional foi marcada pelo Jornal Lampião da Esquina, editado na cidade do Rio de Janeiro e publicado em diversas cidades desde o final da década de 1970, tornando-se referência para as lutas contra a homofobia no Brasil. Suas temáticas expressavam as reivindicações dos homossexuais, as

quais giravam em torno de temas tidos como minoritários, tais como: o combate à imagem dos homossexuais, vistos então “como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 85).

Sob essa perspectiva, alega-se que o movimento LGBT brasileiro surgiu tardiamente em comparação aos movimentos correlatos em outros países, como na Argentina, com a fundação do *Nuestro Mundo*, em 1969, e da Frente de Liberação Homossexual Argentina, em 1971, assim como no México e em Porto Rico. Trata-se de movimentos nacionais influenciados, entretanto, pelo movimento internacional de “gays” e “lésbicas”, desenvolvido nos Estados Unidos e no ocidente europeu na década de 70, como nota James Green (2000, p. 455).

Entretanto, deve-se destacar que a ditadura militar, da qual o país era objeto na década de 70, trouxe aspectos positivos para o movimento “homossexual” brasileiro, como o incentivo à resistência nos inúmeros setores sociais. O primeiro grupo a ser destacado, pertencente à citada “primeira onda” do movimento “homossexual” brasileiro, é o grupo *Somos*. Trata-se do primeiro grupo reconhecido oficialmente como possuidor de uma proposta politizada da “homossexualidade”, em 1978, na cidade de São Paulo, uma vez que o grupo militante em questão era formado apenas por indivíduos identificados como homossexuais, entretanto, construídos, unos, coesos, a fim de que tal grupo pudesse estar capacitado politicamente.

Conforme ensina Regina Facchini (2005, p. 165), a “segunda onda” teve como marco histórico o aparecimento da AIDS como um elemento exercente de um poder desmobilizador das propostas propagadoras da liberação sexual. Nesse período de declínio, MacRae (1985, p. 390) destaca a atuação de dois grupos que ainda não possuíam expressividade na “primeira onda” do movimento “homossexual”, trata-se do Triângulo Rosa e do Grupo Gay da Bahia. Com ambos, inaugura-se um novo tipo de militância, marcada por peculiaridades distintas das pertencentes aos grupos da “primeira onda” do movimento “homossexual”, principalmente em relação ao grupo *Somos* e aos pertencentes ao eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Por fim, ainda segundo Facchini, a “terceira onda” desenvolveu-se na década de 90, com o ressurgimento do ativismo por direitos aos “homossexuais”. Houve um aumento da periodicidade dos encontros nacionais dos grupos ligados ao movimento “homossexual”, assim como da quantidade de grupos presentes em tais encontros, além da diversificação no que concerne ao formato institucional de tais grupos e de suas propostas de ação. Em 1990,

decidiu-se pela distribuição gratuita de medicamentos antiretrovirais na rede pública de saúde, seguida do, até então, inédito pronunciamento do presidente em relação à epidemia da AIDS. Ainda com a AIDS em foco, em 1995, os encontros entre os grupos do movimento passam a ser financiados por programas estatais de combate à AIDS.

Destaca-se que, a partir da década de 1990, ocorreu uma efervescência do movimento LGBT, uma vez que eles se expandiram para todo o Brasil constituindo um movimento heterogêneo cuja diversidade está pautada na pluralidade intrínseca ao LGBT. Segundo Irineu e Rafael (2008, p. 114), a maior marca do movimento LGBT brasileiro no final da década de 1980 e início da década de 1990 foi a sua nova configuração em Organizações Não-Governamentais, isto é, a “ongnização” dos movimentos, havendo um aumento considerável de organizações de enfrentamento à homofobia. Dentre outros fatores, o que caracteriza esse processo é a valorização da competência técnica, a profissionalização e a especialização da militância, a busca de autonomia em relação ao Estado, juntamente com a disputa por recursos para a manutenção de estruturas tais como sedes, equipamentos e funcionários (CARRARA; RAMOS, 2006, p. 188).

No contexto do Estado do Pará, existem determinadas particularidades atinentes à militância LGBT que carecem de explanação. O Centro de Estudos e Defesa do Negro (CEDENPA) produziu o relatório "Em defesa da vida" (2008), acerca da realidade dos defensores de direitos humanos sob situação de risco e ameaça no Estado do Pará. A partir de um estudo realizado entre maio de 2006 e dezembro de 2007 sob o formato de entrevista com 72 pessoas, foi possível identificar o perfil geral dos defensores de direitos humanos na Amazônia. Com relação a atuação dos Defensores mencionados no referido trabalho, o direito defendido por 100% dos Defensores entrevistados é o da terra, enquanto que com relação à direitos LGBT, apenas 9% Defensores possuem atuação em tal questão (CEDENPA, 2008, p. 73).

Nesta pesquisa, o CEDENPA levou em consideração quesitos socioeconômicos (tais como idade, sexo, raça, orientação sexual), área de atuação e direitos defendidos pelos defensores de direitos humanos do Estado do Pará. A partir de tais dados estatísticos, é possível perceber que a quantidade de defensores que atuam em prol da população LGBT no Estado do Pará são baixos, e isto ocorre por diversas razões, como por exemplo o grau de vulnerabilidade em que se inserem, tanto por serem defensores de direitos humanos, quanto por serem pessoas LGBT sujeitas à violência e outras formas de preconceito, conforme defende o CEDENPA (2008, p. 51).

No que tange o surgimento da militância LGBT no Estado do Pará, somos remetidos à cidade de Belém do Pará, na qual verificamos certas particularidades que a diferencia da militância LGBT nacional. Isso se deu em razão de que na capital paraense o surgimento da militância se deu a partir de processos ligados a cultura e manifestações artísticas. Os pesquisadores que historiografaram o surgimento do ativismo LGBT no contexto paraense indicam que foi a partir de uma manifestação popular que se tem o marco inicial do movimento homossexual na cidade de Belém, denominada de “As Filhas de Chiquita”.

Segundo Milton Ribeiro Filho (2014, p. 198), a manifestação “As Filhas de Chiquita” começou entre os anos de 1975 e 1976 como um bloco carnavalesco chamado “Festa da Maria Chiquita”, reunindo no cortejo um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos e curiosos. Foi somente a partir de 1978 que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação do Círio de Nazaré², e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se em um dos eventos não-religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio.

Segundo Elton Santa Brígida (2016, p. 72), com “As Filhas da Chiquita” surgia o embrião dos movimentos sociais LGBT do Estado do Pará. Sua realização copilava irreverência e miscigenação do religioso e profano e o que era uma simples homenagem ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré padroeira paraense passou a ser encarada pelo povo como o “grito dos excluídos”. Até hoje no ideário paraense “As Filhas da Chiquita” é reconhecida como a manifestação e festa LGBT mais antiga e tradicional da cidade, sendo até chamada de “Parada LGBT mais antiga do mundo”.

Conforme ressalta Elton Santa Brígida (2016, p. 75), para chegar à contextualização atual dos movimentos LGBT de Belém deve se passar pela origem das manifestações desse movimento na Festa da Chiquita. Não poderíamos falar de movimento LGBT em Belém sem ressaltar a importância sócio-histórica e política dessa manifestação cultural. Segundo Milton Ribeiro Filho (2014), as reflexões acerca da Festa da Chiquita, possibilita uma análise crítica a partir das interlocuções que se faz com o Movimento LGBT do estado do Pará, visto que nos

² Como aponta Milton Ribeiro Filho (2014, p. 191), o Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma das maiores festas religiosas do país, agrupando na peregrinação quase 2 milhões de pessoas. A trasladação acontece nas noites do sábado que antecede ao Círio e “leva” a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré até a Catedral Metropolitana de Belém (Igreja da Sé), no sentido Nazaré-Cidade Velha. Por sua vez, a procissão acontece no segundo domingo de outubro, pela manhã, e faz o sentido inverso à trasladação, retornando com a imagem para a Basílica de Nazaré, sentido Cidade Velha-Nazaré. Além da procissão principal, durante o mês de outubro, e já no final de setembro, a cidade passa a contar com várias procissões e festejos periféricos ao evento principal, de cunho religioso e profano.

últimos anos este ajuda na organização da Festa e na obtenção de recursos para sua realização, assim como no diálogo que mantém com os órgãos de segurança pública, por conta da organização da Parada do Orgulho LGBT da capital paraense pelo Movimento.

Outro momento de grande relevância para a organização do movimento LGBT em Belém foi a realização do Congresso da Cidade, projeto de planejamento participativo vivenciado por ocasião do “governo do povo” no período de 1997-2004, durante a gestão municipal do ex-prefeito Edmilson Rodrigues. A proposta do governo popular e participativo buscou articular a gestão pública às demandas da população belenense, através do diálogo com a sociedade civil organizada, como movimentos sociais, movimentos urbanos e populares. Nesta estratégia participativa foram inseridos os movimentos LGBT, como o Movimento Homossexual de Belém (MHB), que ainda se encontrava em processo de construção de sua identidade. A partir da realização do Congresso da Cidade que o MHB realizou I e II Congresso de Homossexuais, respectivamente nos anos 2001 e 2002, contando com um modesto número de participantes. Todavia, a iniciativa do movimento foi pioneira e se tornou um marco histórico para os atuais movimentos LGBT em Belém do Pará.

Dessa forma, como conta Elton Santa Brígida (2016, p. 78), foi somente a partir da abertura política de espaços de diálogo com grupos historicamente excluídos por parte da gestão municipal entre os anos 1997 e 2004 que se construiu a identidade do movimento LGBT de Belém. Diferentemente do contexto nacional, a região amazônica esteve nesse período fora da centralidade da militância LGBT na região sudeste do Brasil, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto o movimento LGBT do sudeste brasileiro avançava na reconstrução da identidade do movimento pós-epidemia da AIDS na década 1980, o movimento LGBT em Belém tem uma gênese eminentemente peculiar da região amazônica, através de elementos singulares de manifestação cultural e abertura de espaços políticos municipais que viabilizaram a construção identitária e social dos movimentos LGBT belenenses³.

³ Segundo Elton Santa Brígida (2016, p. 74), os principais movimentos do segmento LGBT que surgiram no Estado do Pará a partir de 1990 são, dentre outros,: Movimento LGB; Grupo de Homossexuais do Pará (GHP); Grupo pela Livre Orientação (APOLO); Grupo de Travestis e Transexuais de Belém (GRETТА); OLIVIA; ELOS; ENTRE ELES. Como ressalva o autor, os referidos movimentos de militância LGBT vêm sofrendo constantes críticas por parte da própria militância, referentes à sua imparcialidade, sua inferências político-partidárias e sua ausência de autonomia, uma vez que a maioria dos grupos participam de programas governamentais e possuem afinidades com determinados partidos políticos e governos.

Dessa forma, após o surgimento da manifestação cultural das “Filhas da Chiquita” e com efervescência dos movimentos sociais brasileiro e da reabertura de espaços políticos municipais, o estado do Pará logrou avanços na mobilização LGBT. Ainda, foram constatadas algumas peculiaridades no que condiz ao surgimento do movimento homossexual na conjuntura local. Por exemplo, enquanto o movimento paraense surgiu num contexto de manifestações culturais e populares, o surgimento do movimento homossexual no contexto nacional ocorreu diante de um período de redemocratização. Com relação à suas atuações iniciais, o movimento em Belém do Pará já se pautava em ações politizadas enquanto que o movimento pátrio se restringiu a questões meramente sociais.

2 CRÔNICAS DE RESISTÊNCIA: RELATOS DE VIOLÊNCIA CONTRA ATIVISTAS LGBT EM BELÉM DO PARÁ

Como já exposto na introdução do trabalho, o objetivo da presente pesquisa é investigar, sob um viés etnográfico, as violências sofridas pelos ativistas LGBT atuantes na cidade de Belém, Estado do Pará. Dessa forma, a partir de uma pesquisa de campo feita por meio de entrevistas semi-estruturadas com cinco ativistas LGBT será possível discutir a violência sofrida pelos referidos ativistas, a partir da análise de seus relatos de vivência de sua sexualidade e gênero e de sua militância enquanto defensor e defensora de direitos humanos LGBT. Ressalte-se que, em respeito ao seu anonimato, os sujeitos de pesquisa serão identificados na presente pesquisa pelos nomes de Ignacio, Ángel, Enrique, Pepi e Kika, respectivamente.

O primeiro entrevistado, “Ignacio”, se identifica como um homem cisgênero homossexual e tem 35 anos de idade. Ele é integrante de uma Organização Não-Governamental que trabalha na defesa dos Direitos LGBT como um todo e tem uma forte atuação dentro do contexto de Belém do Pará. Sua trajetória na militância em Direitos Humanos LGBT já dura 15 anos, e pôde acompanhar tanto retrocessos quanto avanços na luta por direitos no Estado do Pará, como por exemplo a criação da Coordenação de Livre Orientação Sexual (CLOS), em 2008, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, integrando também o Conselho Estadual da Diversidade Sexual e participando também da conquista da instituição da Carteira de Nome Social (Carteira de Identificação Social), através do Decreto no 726 de 29 de abril de 2013, que homologou Resolução no 210/2012 do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP).

Quando questionado sobre a violência em razão de ser militante LGBT, Ignacio enfatizou que esta não ocorre com relação à pessoa, mas sim ao fato de defender direitos e a falta de informação quando estamos tratando de militância:

Também acho que há uma militância no cotidiano. Se você é LGBT, dependendo do lugar, pegar na mão ou dar um beijo na boca são ações que podem gerar reações muito negativas. Então essas ações se tornam atos políticos por si mesmas. [...] não me recordo de ter sofrido nada por ser defensor de Direitos Humanos, acaba que os espaços onde eu transitei e transito: universidade, espaços de formação de militância são muito abertos a essas pautas. De vez em quando ocorre uma manifestação mais agressiva, principalmente em lugares mais abertos como palestras, rodas de conversas. Mas isso nunca é voltado para a pessoa, mas meio que uma indignação generalizada de quem não entende o que “o pessoal dos direitos humanos” faz. Defender direitos LGBT entra em choque com forças que, para ter atenção e ganhar espaço na mídia, precisam da nossa existência para ter um inimigo contra o qual confrontar.

O segundo entrevistado, denominado “Ángel”, se identifica como um homem cisgênero de orientação sexual homossexual, com 24 anos de idade e área de atuação tem concentração acadêmica, em que ele tenta ocupar os espaços da Universidade onde tem vinculação e levar as pautas LGBT até estes locais. É pesquisador na temática LGBT, tendo organizado atos e eventos sobre o tema, bem como a participação em projetos de extensão. Sua trajetória na militância em Direitos Humanos LGBT iniciou, de forma mais institucionalizada em 2011, quando este iniciou a sua graduação em Direito na Universidade Federal do Pará. No início, tinha o objetivo de ocupar os espaços acadêmicos e levava pautas LGBT para serem discutidas em eleições no Centro Acadêmico do Curso de Direito (CADEL) e também para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). No ano de 2014, ele fundou um coletivo denominado de Direito à Igualdade e Valorização das Sexualidades (D.I.V.a.S), que tinha por finalidade estudos e organização de eventos. No ano de 2016, mudou-se para Brasília e participou por certo tempo da coletiva Corpolítica e atualmente tem escrito sobre a epidemia de HIV/Aids em Belém e a atuação dos movimentos sociais nesse contexto, no qual é a temática da sua dissertação de mestrado.

O entrevistado, ao relatar a sua experiência de violência em razão de ser uma pessoa LGBT, levantou uma questão de suma importância: os processos de violência estão presentes em cada indivíduo que pertença a este grupo, mas se materializam de diversas formas, portanto não existe um padrão que descreva o comportamento discriminatório, fato em que a vivência da pessoa é que vai demonstrar de que forma essa violência foi ou é presente em sua vida:

Sim, mas eu acredito que isso deva ser explicado. A violência cotidiana afeta todas as pessoas LGBT, mas se expressa de forma diferente e isso depende muito de outros marcadores sociais. Já sofri violência cotidiana, fui xingado na rua quando estava abraçado com meu atual namorado na praça Batista Campos em Belém, por exemplo. A escola também foi um lugar de muita violência, mas minha sexualidade era associada a outras marcas como o fato de ser gordo, de ser afeminado. De não ser o “homem típico”. [...] nunca fui ameaçado de morte e acho que isso também se deve aos espaços que ocupo, o discurso é mais sutil.

“Enrique”, terceiro entrevistado da pesquisa, se identifica como um homem transexual de orientação sexual heterossexual e tem 29 anos de idade. A área de atuação se centraliza nos Direitos Humanos de Pessoas Transexuais e Travestis, de cunho trabalhista, em que a sua atividade busca formas de inserir estas pessoas no mercado de trabalho. A sua trajetória na militância conta com pontos relevantes, como por exemplo a presença na luta pela implementação do Ambulatório Transexualizador do Estado do Pará enquanto ocupou cargo de Vice-Presidente do Fórum de Pessoas Trans do Estado do Pará, sendo também foi Secretário Nacional da Rede Nacional de Pessoas do Brasil, Secretário da Rede Trans Pará. Ao ser questionado acerca da violência em razão de ser defensor de direitos humanos, Enrique relata a relação conturbada com sua genitora, em que relata: “minha mãe é policial militar, disse que a pior vergonha da vida dela era eu ser “desse tipo” (defensor de “bandido”) e que eu era um lixo”.

A quarta entrevistada, nomeada “Pepi”, se identifica como uma mulher cisgênero de orientação sexual homossexual e tem 23 anos de idade. Com relação à atuação, Pepi se aproximou da pesquisa em estudos de gênero e sexualidade com foco na transexualidade, e, apesar de não ter atuação política em militância, considera que a sua trajetória militante se concentra na sua própria existência enquanto pessoa LGBT, assim como os estudos acadêmicos que desenvolve. Após a escrita e defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), passou a ser convidada para palestrar sobre a temática de vivências trans e reconhecimento de direitos pra essa população.

Pepi relata sua experiência com base em violência simbólica e moral. É um tipo de violência mais sutil, mas que traz consequências seríssimas para as vítimas, principalmente com relação à percepção de si mesma, diante do conflito que se põe diante dela: de um lado, o seu desejo, a orientação sexual que é diversa da aceita como “normal” pela sociedade e do outro lado, toda a concepção de que é inconcebível existir outro tipo de conduta afetivo-sexual, e intensos processos de demonização, de associação com doenças mentais, discriminação, discursos de ódio e outras formas que impulsionam o ciclo de violência:

Como referi acima, minha própria vivência é a minha militância. Nunca fui agredida fisicamente, porém a violência moral e simbólica sempre fora presente. Demorei mais de 18 anos pra aceitar a minha sexualidade e começar a viver publicamente como mulher lésbica. Durante o ensino fundamental e médio sofri muito bullying, como ter que ouvir que eu não era mulher, por conta da minha voz e personalidade. Além de ser constantemente questionada quanto a minha sexualidade, por isso reneguei o fato de ser lésbica, era algo que eu não queria ser. Atualmente, apesar de mais confiante e segura, ainda escuto alguns comentários preconceituosos e olhares de reprovação na rua

Por fim, a última entrevistada, “Kika”, se identifica como uma mulher cisgênero de orientação sexual homossexual e tem 22 anos de idade. Atua na militância em Direitos Humanos especificamente aos direitos das mulheres lésbicas. O envolvimento da mesma com a militância se deu a partir de estudos feministas, em que a partir de processos de autoanálise e frustrações, descobriu o movimento de mulheres negras e transativistas. Após integrar estes movimentos, e a partir de reflexões pessoais, Kika percebeu que estava lutando por direitos alheios à sua própria vivência, como por exemplo gays, bissexuais, transexuais, idosos, deficientes, e desde então viu a necessidade de focar a sua atuação em mulheres lésbicas, pela grande invisibilidade a que estão sujeitas.

A entrevistada, por ter a orientação sexual homossexual e ter o foco dos seus estudos e atuação militante na defesa dos direitos das mulheres lésbicas, adotou o termo “lesbofobia” ao se referir à violência sofrida por estas. O relato deixa claro a forte influência da noção de que a sexualidade feminina homossexual deve ser corrigida, bem como uma forma de combate à prática homossexual que entende a orientação sexual diversa passível de tratamentos. É presente no relato também uma das formas mais profundas e complexas de violência física: o estupro. É bastante comum, com relação às mulheres lésbicas este tipo de comportamento, seja para corrigir aquela sexualidade, seja para demonstrar o poder masculino, deixando sequelas psicológicas para a vida toda. A entrevistada faz um resumo das violências mais comuns a maioria das mulheres homossexuais:

[...] Já sofri lesbofobia quando várias vezes me “internaram” em eventos evangélicos e lá sofri várias discriminações e insultos morais por eu ser lésbica e por tentarem corrigir pessoas como eu. [...] Já sofri lesbofobia quando em uma sala, no local que eu trabalhava, com diversos advogados e advogadas, além de outros servidores, iniciou-se uma conversa sobre como era danoso pra sociedade ser homossexual e o quanto Deus desaprovava ou o quanto os filhos/filhas levariam surra caso resolvessem seguir “essa vida”. Tudo para que eu escutasse pois sabiam que eu sou lésbica. [...] não posso segurar a mão da mulher que eu gosto caso não estejamos nos sentindo seguras, ou seja, quase sempre. Não posso beijar publicamente por riscos de apanhar ou até mesmo morrer. Já sofri lesbofobia quando zombaram da minha luta e da minha pesquisa, que envolve unicamente mulheres lésbicas, por sempre acharem que é menos importante. [...] já sofri lesbofobia quando fui estuprada por

uma pessoa próxima por acreditar que a minha sexualidade poderia ser corrigida com seu pênis.

Sobre ser questionada acerca da violência em razão de ser defensor de direitos humanos, Kika resgatou uma temática atualmente muito discutida, que são os ataques virtuais e novamente a falta de informação acerca do trabalho realizado por quem milita em Direitos Humanos:

Muitas vezes e de diferentes formas. Mas isso acontece mais pela internet. Pessoalmente eu vivo em “uma bolha” e por parecer meio durona e brava, poucas são as pessoas que tentam falar algo direto à mim. Já ouvi que eu só defendo bandidos, que vou queimar no inferno por defender sapatão, e por aí vai. Mas sabem eles que até o direito de ter propriedade privada, ou seja, a casa própria protegida e regulada pelo Ordenamento Jurídico, é coisa dos Direitos Humanos

A partir desses relatos, verifica-se que a violência sempre esteve presente na história do ativistas LGBT. A CIDH (2011, p. 203) observa que os defensores e defensoras de direitos humanos de pessoas LGBTI são mais vulneráveis à violência devido a três fatores. Em primeiro lugar, eles são vulneráveis à mais violência pela sua sexualidade e gênero. Em segundo, sofrem formas adicionais de vulnerabilidade à violência em virtude de seu papel como defensores de direitos humanos e das causas específicas que defendem. Por fim, eles enfrentam níveis alarmantes de vulnerabilidade à violência criados pela interseção de sua sexualidade e/ou gênero, seu papel de defensores, e as causas que defendem.

A CIDH (2011, para 328) observou com preocupação um aumento no número de atos de agressão, assédio, ameaças e campanhas para desacreditar, lideradas por atores estatais e não estatais contra as pessoas que defendem os direitos das pessoas LGBTI, em comparação com o ano de 2006, quando a CIDH publicou seu primeiro relatório regional sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas. A CIDH (2015, p. 205) também recebeu informação inquietante sobre atos de violência física e verbal perpetradas contra defensoras e defensores de direitos humanos de pessoas LGBT por outros grupos durante o Quadragésimo Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA realizado em 2015.

Em particular, um dos problemas enfrentados pelas defensoras e defensores de direitos humanos de pessoas LGBTI é que seu trabalho não é necessariamente reconhecido como legítimo. Isto aumenta a atmosfera de hostilidade que cerca estas organizações, e a rejeição de suas atividades, conforme defende a CIDH (2011, para 335). Além disso, os ataques contra a vida das defensoras e defensores de direitos humanos têm um efeito multiplicador que

impacta mais além do que a vítima em questão. Quando acontece um ataque em represália pelas ações de um defensor ou defensora, isso provoca um efeito intimidador naquelas pessoas vinculadas à defesa e promoção dos direitos humanos, o que diminui de maneira concreta as possibilidades de realizar esse trabalho de defesa.

A CIDH (2015, p. 205) tem reiterado que o homicídio de um defensor ou defensora de direitos humanos LGBTI, assim como de qualquer defensor ou defensora, provoca medo naquelas pessoas que defendem e promovem direitos, e aqueles cujos direitos são promovidos e defendidos, o que resulta na perpetuação das violações cometidas contra grupos vulneráveis e seus defensores. Organizações ressaltaram que os homicídios de líderes LGBT demonstraram na prática como podem tornar-se fatores de dissuasão das atividades de defensores e defensoras na região. Este medo é exacerbado pela impunidade que geralmente caracteriza estes ataques, uma impunidade que serve para perpetuar essas violações aos direitos humanos.

3 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE IMPACTO A VIOLÊNCIA SOFRIDA POR MILITANTES LGBT NA CIDADE DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ

Uma vez apresentados os relatos de vivência e militância dos sujeitos de pesquisa, a partir dos quais se discutiu brevemente a complexidade da violência sofrida pelos ativistas LGBT, serão investigados os impactos sofridos pelos referidos ativistas em razão da violência motivada pela da militância e da sua vivência de sexualidade e de gênero. Com base nos dados etnográficos, será possível arguir a existência de três níveis de impacto causados pela violência: impactos causados pela violência de nível social; impactos causados pela violência de nível interpessoal; e impactos causados pela violência de nível intraindividual.

A partir dos relatos de vivência e militância dos sujeitos de pesquisa, assim como pela análise dos processos de violência sofridos por essas pessoas, foi possível identificar **impactos de nível social** na vida desses sujeitos, uma vez que todos os entrevistados mencionaram que sua vivência de gênero e sexualidade e sua jornada enquanto militante LGBT acarretaram determinadas mudanças no estilo de vida frente às ameaças e violências sofridas.

Esse aspecto pode ser melhor observado na fala de Kika, que, apesar de se impor diante de situações de violência, esta conduta também tem o seu grau de vulnerabilização, e relata também uma atitude comumente encontrada em pessoas que são potencialmente vítimas

de processos de discriminação e violência: a tendência a se recolher diante de ameaças, como no caso da entrevistada, é relacionada aos homens:

Sou uma pessoa muito impulsiva e radical em várias questões. É preciso que haja uma ameaça muito grande para que eu me recolha. Normalmente a minha resposta é gritar mais alto e estar mais à frente das situações, o que me deixa por muitas vezes bem vulnerável, mas é uma coisa minha. Eu só me recolho realmente quando me sinto muito ameaçada por homens, tenho pavor de todos eles, e com razão.

O relato de Ángel também demonstra uma conduta comum entre militantes LGBT, qual seja, as mudanças que as pessoas fazem para evitar ao máximo sofrer estas violências. A sua fala expressa muito bem a questão de nunca estar completamente relaxado, porque o indivíduo está sempre vigiando o seu entorno, pois sabe que não está seguro e que, eventualmente, poderá vir a ser vítima de violência física ou psíquica por parte da sociedade. E desse ponto nasce a necessidade de se buscarem semelhantes, para se sentirem menos ameaçados e menos neste estado de vigilância constante:

Nunca fiz terapia para conseguir expressar melhor quais foram esses impactos, mas existem mudanças sutis que você faz no seu comportamento para minimizar a possibilidade de violências. Uma espécie de vigilância constante, de policiamento do perímetro. Eu nunca abraço meu namorado em público sem checar se o entorno é seguro, sem olhar para os lados e isso é extremamente exaustivo porque precisa ser feito o tempo todo. É como nunca relaxar, há um privilégio de estar relaxado em público com a pessoa que você gosta e esse privilégio é da heterossexualidade, estar com amigos em público e ser você mesmo também entra nessa questão. Acaba que não importa o quão desconstruído e consciente você seja, você sempre se polícia e não pensa só por você, mas por toda a coletividade. Quando encontrei meus amigos e amigas e nós nos reconhecemos, essa é a principal mudança. Você só quer andar, sair, se relacionar com essas pessoas porque o esforço e a vigilância são sensivelmente menores.

Já Ignacio, compreendeu que as consequências dos impactos sociais na sua vida foram positivos, pois conseguiu aprender mecanismos de defesa que antes não tinha conhecimento, fazendo-o ser um indivíduo mais ativo no sentido de conhecer os seus direitos e saber como utilizá-los, e isto é um instrumento poderoso contra a violência contra militantes LGBT, como ele relatou: "Adquiri mecanismos de defesa antes desconhecidos, correr atrás dos meus direitos, ser mais aguerrido no combate a qualquer tipo de intolerância seja ela por credo, cor, machismo, ou orientação sexual".

Além dos impactos sociais sofridos pelos defensores de direitos humanos, também foram verificados pode ser apontados **impactos de nível interpessoal**, uma vez que os

sujeitos de pesquisa foram uníssomos em apontar mudanças nas relações pessoais e no trabalho desenvolvido pelos sujeitos LGBT em razão das ameaças e das violências sofridas tanto por ser defensor de direitos humanos, quanto por ser uma pessoa LGBT.

Nesse sentido, Enrique relatou sua experiência com relação aos impactos em relacionamentos pessoais e deixa claro em sua fala o estado de vigilância e as abdições que muitos militantes LGBT precisam fazer para minimizar as violências. Existem locais em que o perigo é latente e infelizmente, a voz LGBT é silenciada de forma truculenta e agressiva. Esta postura mais defensiva também é comum: “Hoje em dia minhas relações são mais seletivas, tenho evitado certos tipos de lugares e pessoas para o bem do meu bem-estar mental. Com a família passei a ter uma relação muito distante, principalmente com a minha mãe.”

Já o relato de Ángel demonstra a importância que tem a aceitação da família e a força que esta representa na vida de um militante LGBT. Estar em um ambiente em que as pessoas que o cercam possuem afeto, confiança e compreensão na pessoa que o militante é, bem como de sua orientação sexual fortalece os laços de resistência e de esperança de combate ao preconceito e também à todas as formas de violência contra pessoas LGBT e os defensores desta causa:

Sempre me assumi nos locais em que fiz estágio, nunca tive problemas com isso. A família acabou descobrindo naturalmente sem que eu precisasse sair do armário ou coisa parecida. Meus pais são pessoas muito esclarecidas e sensíveis. Os amigos entram nessa categoria de grupos, acho que são pessoas que nos reconhecem e que nós reconhecemos sem muito esforço. Compartilhar isso é uma parte fundamental de se identificar enquanto LGBT, daí acho que vem a ideia de comunidade. Os relacionamentos são um caso especial na construção desses vínculos de se reconhecer nos outros. Meus namorados foram e são pessoas que pensam de forma mais ou menos parecida com a minha, que expressam as mesmas preocupações. Quando não são assim, acaba que esse reconhecimento não ocorre, e não vira namorado. Ter o apoio de família e amigos é fundamental para que essas violências, principalmente o acúmulo das violências cotidianas, seja suportável.

O relato de Ignacio suscitou reflexões no sentido de que apesar destes processos de violência, é possível que estes impactos contribuam para o amadurecimento e a compreensão de habilidades pessoais que nunca pensaram que poderiam ter, como foi o caso do Entrevistado, que, ao invés de levantar aspectos negativos das suas vivências, trouxe uma visão diferenciada, em que focou sua resposta no que o tornou mais forte diante de tanta violência: “Estou sendo mais respeitado e aceito pela minha orientação sexual por saber se impor sempre que preciso”.

Por fim, aponta-se como mais um dos impactos sofridos pelos militantes LGBT os **impactos de nível intraindividual**, como mudanças de humor, auto-estima e da saúde mental como um todo. As mudanças psicológicas são as mais complexas de se compreender justamente por ser muito subjetivo, mas diversos sentimentos são observados com frequência por esses agentes, como frustração, medo intenso, angústia, baixa autoestima, sinais de suicídio e depressão dentre outros. Contudo, é inegável que a violência sofrida por defensores de direitos humanos LGBT gera efeitos negativos na saúde mental das vítimas.

Com relação aos impactos individuais, Enrique levantou a questão da abusividade da família bem como a oscilação da autoestima: “Saúde mental ficou um pouco abalada, foi difícil até aceitar que a família também pode adoecer e ser abusiva. Autoestima é uma montanha russa, não só por isso mas creio que por todo o histórico. Inclusive social”. Já Ignacio menciona impactos positivos, os quais importam em maior empoderamento, diante de ter como aliado as ferramentas do conhecimento e dos direitos propriamente ditos, somando-se a experiência da militância em Direitos Humanos LGBT: “Sou muito mais seguro agora de mim mesmo, empoderamento e é essencial para uma vivência de auto aceitação”.

Ángel relata como impactos na saúde mental a questão de autoestima, experiências afetivas infrutíferas, e o estado de vigilância, que causa esgotamento mental de estar sempre em alerta sobre potenciais violências, principalmente em ambientes públicos:

Como eu disse, nunca fiz terapia para conseguir expressar isso melhor. Crescendo como LGBT tive diversos problemas de autoestima, problemas com meu corpo, com relacionamentos ruins, mas nada que tivesse diretamente a ver com minha atuação mais institucional ou política em movimentos sociais. O estado de vigilância constante é um problema que eu identifico como exaustivo, pouquíssimas vezes eu me senti realmente relaxado em público enquanto estava com um “crush” ou com namorados. Acho que já até existem pesquisas sobre, mas não estou familiarizado.

Dessa forma, a partir da análise da pesquisa de campo, verificaram-se presentes três níveis vulnerabilização sofridos pelos defensores de direitos humanos LGBT, sendo estes aspectos divididos em mudanças no estilo de vida, nas relações pessoais e no trabalho de militante e os impactos causados na saúde mental dos militantes. Dessa forma, pode-se apontar de forma sintetizada, os pontos principais acerca desses impactos:

- **Impactos sociais:** verificou-se a passividade diante de conflitos e de não se manifestar afeto em público como forma proteção de violências. Observou-se também compreensão diversa, de maneira a construir uma postura mais ativa diante de tais violências, adquirindo novos mecanismos de se defender, como ter conhecimento de seus direitos;

- **Impactos interpessoais:** constatou-se mais uma vez a postura defensiva, em que há maior seletividade nas escolhas afetivas, bem como evitar determinados locais e a relação distante com familiares. Em contraponto, foi observada a aceitação e apoio da família e de amigos, ressaltando a importância de se desenvolver em um ambiente onde o indivíduo seja bem quisto. Um ponto positivo dentro destes impactos foi a de ser mais respeitado com relação à orientação sexual, sabendo a hora certa de se impor de acordo com a necessidade.
- **Impactos intraindividuais:** constatou-se que a autoestima foi um dos fatores mais mencionados. Em seguida, os efeitos observados diante das violências e ameaças foram a abusividade da família, o empoderamento pessoal, problemas com o próprio corpo e o estado de vigilância, este último sendo muito comum em militantes LGBT, que em razão do duplo grau de vulnerabilização, passam a vivenciar estados em que não conseguem relaxar por estarem sempre em alerta à uma violência ou ameaça.

Sendo assim, a partir da pesquisa etnográfica e com base nos relatos de vivências dos militantes LGBT da cidade de Belém, verificou-se a complexidade da violência sofrida por esses sujeitos, considerando que estes indivíduos são vulnerabilizados em razão de ser defensor de direitos humanos e em razão de sua vivência de gênero e sexualidade. Além disso, observou-se que o processo de violência a que estão submetidos geram impactos em diversos níveis, reverberando em todas as esferas da vida desses sujeitos.

CONCLUSÃO

A partir dos pontos arguidos ao longo do trabalho e com base nos relatos etnográficos expostos, verifica-se que a militância LGBT é permeada pela violência, motivada tanto em razão dos sujeitos serem defensores e defensoras de direitos humanos, quanto em razão desses sujeitos terem vivências de sexualidade e gênero dissidentes. No caso dos ativistas LGBT de Belém do Pará, é visível que essa violência possui um caráter complexo e multidimensional, que afeta o indivíduo em níveis sociais, interpessoais e intraindividuais, acarretando em danos, traumas e experiências de violências que acentuam ainda mais sua vulnerabilização.

Dessa forma, é inegável que os Estados devem iniciar e manter processos de diálogo com os ativistas LGBT, a fim de aprender sobre os problemas que enfrentam e facilitar sua participação ativa na adoção de políticas públicas. Estes espaços de diálogo devem ser criados de acordo com os direitos de reunião e liberdade de associação, consagrados no artigo 21 da Declaração Americana e no artigo 15 da Convenção Americana, assim como em outros

instrumentos internacionais. Nesse caso, é obrigação dos países garantir a segurança dos ativistas que são especialmente vulneráveis à violência, tais como os militantes LGBT, adotando medidas específicas para sua proteção.

REFERÊNCIAS

CARRARA, Sérgio. RAMOS, Sílvia. **A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais:** a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006.

CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO (CEDENPA). **Em defesa da vida:** A realidade dos(as) Defensores(as) de Direitos Humanos sob situação de risco e ameaça no Estado do Pará. Belém: CEDENPA, 2008.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Segundo relatório sobre a situação das defensoras e defensores de direitos humanos nas Américas.** 2011.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas.** 2015.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil:** recompondo um histórico. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, Campinas, v. 10, n.18/19, p. 79-123, 2003.

FACCHINI, Regina. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro.** Bagoas: *Revista de Estudos Gays*, v. 1, p. 131-158, 2009.

FILHO, Milton Ribeiro da Silva. **“Eu sou a filha da Chiquita Bacana...”:** notas antropológicas sobre a Festa da Chiquita em Belém do Pará. *Gênero na Amazônia*, v. 6, p. 183-212, 2014.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: editora da UNESP, 2000.

IRINEU, Bruna Andrade. RAFAEL, Josely Carrijo. **Homossexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo:** retratos do movimento LGBTTT no Brasil do governo Lula. In: *Cadernos de Serviço Social*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Ano I, n.01. São Paulo, 2008.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **Para além das plumas e paetês:** a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia. 2016. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha sonora do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório do Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. A/56/156.** 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório sobre defensores de direitos humanos do Representante Especial do Secretário Geral, E/CN.4/2001/94.** 2009.